

Presidenciáveis e programas econômicos

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHAES

ECONOMISTA

Em 1990, encorajado pelo colapso do modelo soviético, grupo de economistas decidiu apresentar fórmula destinada a liquidar de vez o renitente subdesenvolvimento da América Latina. Foi o chamado Consenso de Washington. Patrocinava três tipos básicos de medidas: (a) privatização de empresas do governo e desregulamentação da economia; (b) equilíbrios monetário, fiscal e cambial; e (c) abertura ampla da economia a mercadorias e capital estrangeiros. Os maus resultados do programa, no caso brasileiro, são hoje amplamente conhecidos.

Temos déficit nas contas externas que nos obriga, anualmente, a rolar 25 bilhões de dólares da dívida e a captar igual montante de poupanças estrangeiras. Para serem empregados os cerca de 1,5 milhão de trabalhadores que se apresentam anualmente ao mercado, o PIB

As metas são parecidas e só atacam os efeitos brasileiro deveria crescer 6% ao ano. A taxa efetivamente registrada não chega à metade dessa meta. Onde o surgimento, a partir da década de 90, de 7 a 10 milhões de desempregados ou subempregados com o corolário, entre outros, do explosivo aumento da criminalidade em nossas cidades.

Diante desse quadro, seria de se esperar que os candidatos à Presidência da República apresentassem alternativas à estratégia neoliberal embutida no Consenso de Washington. Não é o que vem acontecendo. As propostas se restringem a medidas de curto prazo (aliás bastante parecidas) que atacam os efeitos dos erros cometidos sem nada propor para corrigir suas causas.

O Instituto da Cidadania, presidido pelo candidato presidencial do PT, sugeriu nova estratégia de desenvolvimento baseada na criação de mercado interno de massas. Essa estratégia de crescimento para dentro constitui antiga postulação da esquerda brasileira, patrocinada por Celsô Furtado, nos anos 60, e retomada, mais recentemente, em diversas publicações. Se oficialmente aceita pelo PT, criaria oportunidade para importantes debates.

Veio recentemente a público documento preparado por Bresser Pereira e Nakano sob o título "Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade" que, supostamente, serviria de base ao programa do candidato do PSDB. Não se poderia, obviamente, esperar de programa de partido do governo sugestão de estratégia muito diferente da de

integração competitiva no mercado mundial, seguida pela atual administração. Algumas medidas são, contudo, propostas que supostamente eliminariam, ou minorariam, os maus resultados obtidos no passado. Se oficializado esse programa, estaríamos diante de grande debate sobre se necessitamos estratégia inteiramente nova de desenvolvimento ou se bastaria remendar a presentemente em curso no país.

Não se conhece qualquer documento desse tipo oriundo de fontes ligadas ao PPS. O assessor principal do candidato, professor Mangabeira Unger, publicou no entanto, recentemente, trabalho (*A segunda via*) em que propõe um "experimentalismo prático", baseado em experiências como a do Silicon Valley americano e a da Emilia Romagna italiana. Sua visão, se oficializada, apontaria para política econômica do tipo que teve grande sucesso no Leste da Ásia, com ênfase especial em Taiwan, onde as médias e pequenas empresas comandaram o processo.

Ou seja, em documentos preparados por assessores, e mesmo em pronunciamentos dos candidatos à Presidência, é possível identificar preferências implícitas de políticas de longo prazo. Por que não são explicitadas através da proposta de nova estratégia para o desenvolvimento brasileiro?

Pesquisa recente do Ipea e Cepal, divulgada sob o título "Políticas para a Retomada do Crescimento", talvez contenha a resposta desejada. No trabalho, nada menos de 38 economistas, do melhor nível nacional, foram convidados a sugerir (em entrevistas e artigos) políticas destinadas à retomada do desenvolvimento. Um dos coordenadores registra da seguinte forma os maus resultados obtidos: "Desde as primeiras entrevistas ficou claro que – o crescimento – não tem ocupado parte central das preocupações e reflexões da maioria dos economistas brasileiros. Há como mencionar uma extrema preocupação com o curto prazo, em especial com as políticas de estabilização, a qual vem afogando e desfocando a visão de longo prazo."

Esse depoimento nos permite colocar uma pergunta final: a ausência na campanha presidencial do grande e necessário debate sobre nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil resulta do despreparo e desinteresse dos candidatos ou da insegurança de suas assessorias, que temem a discussão em torno de temas sobre os quais sua competência é, segundo constatado na pesquisa Ipea-Cepal, pelo menos, inadequada? Sobretudo se válida a segunda hipótese é altamente preocupante o futuro da economia brasileira.